



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DAS ATIVIDADES CCTI

CCTI

O presente Relatório Circunstanciado tem por finalidade consolidar, de forma descritiva, analítica e documental, as atividades desenvolvidas pela Comissão Especial de Controle e Transparência Institucional – CCTI da Câmara Municipal de Viana/ES no exercício de 2025, conforme atas mensais das reuniões ordinárias realizadas no período de janeiro a dezembro de 2025.

A Comissão atuou com caráter técnico, preventivo, pedagógico e corretivo, visando ao fortalecimento do controle interno, da governança institucional e da transparência pública, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) e do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).

2. BASE LEGAL E INSTITUCIONAL

As atividades da CCTI fundamentaram-se, entre outros diplomas legais e normativos:

Constituição Federal de 1988;

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Resoluções internas da Câmara Municipal de Viana;

Portarias nº 046 e 047/2025, que instituíram a Comissão Especial de Controle e Transparência Institucional.

3. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão Especial de Controle e Transparência Institucional – CCTI foi composta, ao longo do exercício de 2025, pelos seguintes membros:

Filipe Lawrence Barbosa Silveira – Presidente

Juan Francisco Helker – Membro

Charles Calmon Valadares – Membro

Jhossander Costa Risieri – Membro

Valtair Cristovam de Miranda – Membro

Luiz Carlos Pereira – Membro

Itanagé Odilon da Silva – Membro

Raiciara Aparecida Duarte – Membro (incluída no exercício)

4. METODOLOGIA DE TRABALHO

A Comissão realizou reuniões ordinárias mensais, com análise técnica de documentos, acompanhamento setorial, monitoramento do Portal da Transparência, capacitação interna, verificação de processos administrativos e elaboração de relatórios e instrumentos normativos.

As ações foram estruturadas em eixos:

Monitoramento do Portal da Transparência;

Acompanhamento do PNTP 2025;

Controle preventivo de licitações e contratos;

Capacitação institucional;

Padronização de procedimentos administrativos;

Auditorias internas e verificação cruzada de dados;

Planejamento estratégico de governança.

5. SÍNTESE CIRCUNSTANCIADA DAS ATIVIDADES EM 2025

5.1 Janeiro a Maio de 2025 – Estruturação e planejamento

No início do exercício, a Comissão realizou diagnóstico inicial do Portal da Transparência, identificando pendências de publicação e determinando providências aos setores responsáveis. Foram organizadas atribuições internas e reforçada a meta institucional de manutenção do **Selo Diamante de Transparência Pública**.

5.2 Junho a Agosto de 2025 – Monitoramento técnico e capacitação

A Comissão acompanhou o 4º Ciclo do PNTP 2025, promoveu capacitação dos membros sobre sistemas digitais de gestão, monitorou processos de dispensa eletrônica, pregões e fluxos de contratação pública, e estruturou a Escala de Acompanhamento Setorial para os setores de Contabilidade, Recursos Humanos, Compras, Controladoria, Auditoria e Jurídico.

5.3 Setembro e Outubro de 2025 – Consolidação documental e monitoramento setorial

Foram analisados relatórios setoriais, verificada a regularidade das publicações de despesas e cotas parlamentares, criada subcomissão para revisão documental e iniciada a consolidação do Relatório de Transparência 2025.

5.4 Novembro De 2025 – Ações Avançadas De Auditoria E Governança

Durante o mês de novembro, a Comissão realizou ações inéditas e estruturantes, destacando-se:

a) Auditoria interna do Portal da Transparência

Foram verificados módulos de despesas, portarias, folha de pagamento, contratos e cotas parlamentares, com encaminhamento de ajustes aos setores responsáveis.

b) Implementação do Processo de Verificação Cruzada de Dados (PVC)

Instituiu-se procedimento quinzenal de confronto entre dados publicados e sistemas internos (contábil, RH e compras), garantindo integridade das informações públicas.

c) Reunião técnica integrada com Controladoria e Tecnologia da Informação

Foram aperfeiçoados fluxos automatizados de publicação, critérios de versionamento e rotinas de backup, com definição de log público de alterações.

d) Avaliação de acessibilidade digital

A Comissão avaliou critérios de contraste, fonte, responsividade, navegabilidade e alternativas textuais, elaborando Relatório Técnico com 17 recomendações e prazo de implementação.

e) Consolidação do Relatório Final de Transparência

Foi estruturado o relatório consolidado das atividades de 2025, indicadores de conformidade e recomendações para 2026.

f) Padronização de procedimentos administrativos

Foi elaborada minuta do Manual de Procedimentos de Transparência e Publicidade de Atos, aprovado para implementação em 2026.

5.5 DEZEMBRO DE 2025 – ENCERRAMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS

Na 12ª reunião ordinária, foram consolidadas as atividades finais do exercício, destacando-se:

a) Consolidação do Relatório Anual de Transparência 2025

Documento consolidado contendo histórico anual, indicadores PNTP, boas práticas, correções realizadas e recomendações estratégicas.

b) Validação final do Portal da Transparência

Verificação final da coerência entre sistemas internos e dados publicados, assegurando regularidade e conformidade legal.

c) Consolidação definitiva do Processo de Verificação Cruzada de Dados

O PVC foi institucionalizado como prática permanente da Câmara Municipal.

d) Institucionalização do Manual de Procedimentos de Transparência

Validação final do Manual com fluxos, responsabilidades, prazos e modelos documentais, com vigência a partir de janeiro de 2026.

e) Planejamento estratégico da CCTI para 2026

Definição de diretrizes para obtenção do Selo Diamante, fortalecimento da governança e aprimoramento contínuo dos mecanismos de controle institucional.

6. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Fortalecimento da cultura de transparência institucional;

Estruturação da Escala de Acompanhamento Setorial;

Implementação de auditoria interna contínua;

Institucionalização do Processo de Verificação Cruzada de Dados;

Elaboração do Manual de Procedimentos de Transparência;

Consolidação do Relatório Anual de Transparência;

Validação técnica do Portal da Transparência;

Planejamento estratégico para manutenção do Selo Diamante.

7. RECOMENDAÇÕES

A Comissão recomenda:

manutenção da periodicidade das reuniões técnicas;

execução permanente do PVC;

atualização contínua do Manual de Procedimentos;

capacitação periódica dos servidores;

fortalecimento da integração entre Controladoria, TI, RH, Compras e Contabilidade;

monitoramento sistemático do PNTP e indicadores de governança.

8. CONCLUSÃO

Conclui-se que a Comissão Especial de Controle e Transparência Institucional desempenhou papel estratégico no fortalecimento dos mecanismos de controle interno, na melhoria da transparência ativa e na consolidação da governança pública da Câmara Municipal de Viana/ES no exercício de 2025, contribuindo para a credibilidade institucional e para o atendimento integral das exigências legais e dos órgãos de controle externo.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO CEOC

CEOC

A Comissão Especial de Organização e Cidadania (CEOC) da Câmara Municipal de Viana/ES foi instituída pela Portaria nº 159, de 15 de julho de 2025, com a finalidade de planejar, coordenar e acompanhar ações institucionais voltadas à promoção da cidadania, inclusão social e fortalecimento dos vínculos familiares, com destaque para a execução do Projeto Casamento Civil Comunitário no Município de Viana.

O presente Relatório Circunstanciado tem por objetivo consolidar as atividades desenvolvidas pela Comissão no exercício de 2025, em conformidade com os princípios da publicidade, transparência, eficiência e controle institucional.

2. Fundamentação Legal

A atuação da CEOC fundamenta-se:

Na Constituição Federal de 1988, especialmente nos princípios da dignidade da pessoa humana e da promoção da cidadania;

No Código Civil Brasileiro, no que se refere ao direito ao casamento civil e à regularização de uniões estáveis;

No Regimento Interno da Câmara Municipal de Viana/ES;

Na Portaria nº 159/2025, que instituiu a Comissão Especial de Organização e Cidadania.

3. Composição da Comissão

A Comissão foi composta pelos seguintes membros:

Filipe Lawrence Barbosa Silveira – Presidente

Bruna Gomes Rosa – Membro

Carlos Bermudes Galvão – Membro

Carlos Henrique Cavaleiro dos Santos – Membro

João Paulo Negrelli – Membro

Taygrun Cardoso – Membro

Tiara Sunderhus Pereira – Membro

4. Metodologia de Trabalho

A CEOC realizou reuniões ordinárias e extraordinárias, atendimento à população, visitas técnicas, articulação institucional com órgãos públicos e entidades privadas, elaboração de instrumentos normativos e acompanhamento operacional do Projeto Casamento Civil Comunitário.

As decisões e atividades foram registradas formalmente em atas e documentos administrativos, garantindo rastreabilidade e controle das ações.

5. Atividades Desenvolvidas

5.1 Planejamento Inicial do Projeto Casamento Civil Comunitário

Na primeira reunião da Comissão, realizada em 22 de julho de 2025, foram definidos os encaminhamentos iniciais, incluindo:

Contato com o cartório parceiro e órgãos reguladores;

Definição de critérios de inscrição;

Articulação com parceiros do setor de eventos;

Estudos técnicos para definição da estrutura da cerimônia.

A Comissão ressaltou o impacto social da iniciativa, voltada à promoção da cidadania e ao fortalecimento das famílias em situação de vulnerabilidade social.

5.2 Elaboração de Instrumentos Normativos e Comunicação

Na segunda reunião, em 26 de agosto de 2025, foram realizadas as seguintes ações:

Elaboração do Edital do Casamento Civil Comunitário;

Desenvolvimento de estratégia de comunicação institucional;

Criação de formulário on-line de pré-inscrição;

Organização de atendimento presencial e plantões noturnos.

Até essa data, foram registradas 138 pré-inscrições on-line e 14 atendimentos presenciais.

5.3 Atendimento à População e Validação Documental

Na terceira reunião, em 22 de setembro de 2025, a Comissão apresentou o balanço dos atendimentos:

242 inscrições on-line;

70 casais validados documentalmente;

Orientações técnicas aos interessados sobre regularização documental;

Prorrogação do prazo de inscrições até 30 de setembro de 2025;

Contato ativo com inscritos para reforço de orientações.

Foi elaborado relatório estatístico com perfil socioeconômico dos inscritos, distribuição territorial por bairros e regime de bens.

5.4 Consolidação de Inscrições e Estratégias de Inclusão

Na quarta reunião, em 21 de outubro de 2025, foram consolidados os dados:

246 inscrições on-line registradas;

82 casais validados;

Ações pedagógicas para regularização documental;

Divulgação institucional e contato direto com inscritos.

A Comissão destacou a forte adesão popular e o caráter inclusivo da iniciativa.

5.5 Articulação Institucional e Preparação do Evento

Na quinta reunião, em 27 de novembro de 2025, a Comissão registrou:

Reunião com cartório e juiz de paz;

Solicitação de apoio institucional (CESAN);

Atualização para 78 casais habilitados;

Visita técnica ao local do evento;

Planejamento da cerimônia e equipes de apoio;

Solicitação de anulação de empenho referente ao convênio.

5.6 Execução do Evento e Avaliação Final

Na sexta reunião, em 17 de dezembro de 2025, foram consolidadas as atividades finais:

Preparação do local com apoio da Prefeitura;

Montagem estrutural e infraestrutura elétrica;

Organização de palco, decoração, iluminação e sonorização;

Registro fotográfico e disponibilização digital aos casais;

Participação de autoridades municipais;

Ampla repercussão na mídia local, regional e estadual.

O evento contou com a participação de 78 casais habilitados, sendo considerado um marco institucional e social.

6. Resultados Alcançados

Promoção do acesso gratuito ao casamento civil para 78 casais;

Fortalecimento da cidadania documental e jurídica;

Ampliação do vínculo institucional entre a Câmara Municipal e a população;

Repercussão positiva em veículos de comunicação e redes sociais;

Consolidação do Poder Legislativo como agente de políticas públicas sociais.

7. Impacto Social e Institucional

O Projeto Casamento Civil Comunitário consolidou-se como uma política institucional de inclusão social, garantindo dignidade, segurança jurídica, regularização civil e fortalecimento das famílias vianenses, além de reforçar o papel do Legislativo Municipal na promoção de direitos fundamentais.

8. Considerações Finais

A Comissão Especial de Organização e Cidadania cumpriu integralmente suas atribuições no exercício de 2025, com atuação técnica, administrativa e social, demonstrando eficiência, transparência e compromisso institucional.

As atividades desenvolvidas evidenciam o protagonismo da Câmara Municipal de Viana na promoção de políticas públicas voltadas à cidadania, inclusão social e fortalecimento comunitário, recomendando-se a continuidade de iniciativas semelhantes nos exercícios subsequentes.